

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

**ENTRE A ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E O MUNICÍPIO DE MAFRA**

**Considerando:**

- a) O princípio da subsidiariedade, insito em diversos diplomas regulamentares das políticas de ordenamento do território e de ambiente, nos termos do qual os procedimentos ao nível da Administração Pública devem ser coordenados, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;
- b) Que a proximidade entre os níveis de decisão e de acção favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses divergentes e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objectivos ambientais;
- c) Que as Administrações de Região Hidrográfica, I.P. (ARH, I.P.) apresentam, enquanto serviços da administração pública indirecta, uma indiscutível motivação para a implementação de uma gestão integrada dos recursos hídricos, baseada na cooperação com as diferentes entidades intervenientes nestes domínios, como é o caso das Autarquias Locais;
- d) Que compete às Câmaras Municipais, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;
- e) Que a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.) e a Câmara Municipal de Mafra partilham os mesmos objectivos e visão para a protecção e valorização do litoral, concretizada no trabalho conjunto elaborado para a aplicação da estratégia de protecção e valorização do litoral do concelho de Mafra;
- f) Que existe um claro clima de confiança mútua, alicerçada numa experiência de trabalho conjunto em matérias de planeamento e gestão do litoral, que antecede a própria criação da ARH do Tejo, I.P.;
- g) Que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2002, de 5 de Dezembro de 2001, publicada no *Diário da República*, n.º 14, I Série – B, de 17 de Janeiro de 2002, que aprovou o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça - Mafra, doravante designado abreviadamente por POOC Alcobaça - Mafra, define as regras e os princípios destinados a salvaguardar e potenciar os recursos naturais, ambientais e paisagísticos deste troço costeiro;

022074

09 JUL 2010





CÂMARA MUNICIPAL



Handwritten signature in blue ink.



Administração da  
Região Hidrográfica  
do Tejo I.P.

- h) Que o POOC Alcobaça - Mafra abrange uma área com indiscutível relevância para o desenvolvimento turístico do Município de Mafra, sendo essencial garantir a segurança e a salubridade das praias;
- i) Que a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Específico – Combate à Erosão e Defesa Costeira do Programa Operacional Valorização do Território – Eixo III, estabelece serem entidades beneficiárias os municípios que tenham por missão desenvolver operações integradas de requalificação do litoral, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com serviços e organismos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Colaboração entre:

A **Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P.**, pessoa colectiva n.º 508 608 015, com sede na Rua Braamcamp, n.º 7, Lisboa, doravante designada abreviadamente por ARH do Tejo I.P., na qualidade de Primeiro Outorgante, neste acto representada pelo seu Presidente **Manuel Augusto Ruano Lacerda**, nomeado por Despacho n.º 25248/2008, de 29 de Setembro de 2008, publicado no *Diário da República*, n.º 197, 2.ª Série – Parte C, de 10 de Outubro de 2008, no uso do poder que lhe é conferido pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, e

O **Município de Mafra**, pessoa colectiva n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, doravante designado abreviadamente por MM, na qualidade de Segundo Outorgante, neste acto representado pelo seu Presidente, **José Maria Ministro dos Santos**, no uso do poder que lhe é conferido pela alínea a) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

O qual se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira

##### Objecto

O presente Protocolo de Colaboração tem por objecto a concretização do processo de cooperação técnica entre as entidades outorgantes, para a realização de uma intervenção, consubstanciada no Projecto “Estabilização da arriba sul/poente da praia de Ribeira de Ilhas junto à Estrada Nacional 247”.



## **Cláusula Segunda**

### **Âmbito Geográfico**

O âmbito geográfico de acção do presente Protocolo circunscreve-se à arriba sul/poente da Praia de Ribeira de Ilhas.

## **Cláusula Terceira**

### **Obrigações do Primeiro Outorgante**

À ARH do Tejo, I.P. compete:

- a)** Acompanhar o MM no desenvolvimento do Projecto Estabilização da arriba sul/poente da praia de Ribeira de Ilhas junto à Estrada Nacional 247;
- b)** Colaborar com o MM na instrução do processo administrativo com vista à adjudicação das obras;
- c)** Prestar o apoio técnico solicitado pelo MM e colaborar com este nas acções de fiscalização relativas à execução do Projecto;

## **Cláusula Quarta**

### **Obrigações do Segundo Outorgante**

Ao MM compete:

- a)** Candidatar a intervenção objecto do presente Protocolo de Colaboração ao Programa Operacional Temático Valorização do Território – Eixo III – Regulamento Específico – Combate à Erosão e Defesa Costeira;
- b)** Instruir todo o processo administrativo e proceder à adjudicação das obras, bem como das demais acções processuais que lhe compete na qualidade de dono da obra;
- c)** Fiscalizar a execução das obras e exercer os poderes e as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão, dentro dos prazos previstos, das acções e dos investimentos que integram o Projecto;
- d)** Proceder à recepção das obras.
- e)** Proceder à conservação e manutenção da obra durante a sua vida útil.

### **Cláusula Quinta**

#### **Encargos Financeiros**

Os encargos inerentes à realização da obra serão assegurados pela ARH do Tejo, I.P., condicionado à obtenção das autorizações prévias da Tutela e do Ministério das Finanças, nos termos das disposições legais aplicáveis.

Para este efeito e caso sejam obtidas as necessárias autorizações a ARH do Tejo, I.P. Compromete-se a inscrever no orçamento PIDDAC de 2011 o montante correspondente à contrapartida nacional da candidatura prevista na alínea a) da cláusula Quarta.

Caso não sejam obtidas as autorizações referidas nos números anteriores, os encargos com o financiamento da obra serão da responsabilidade da Câmara Municipal de Mafra.

### **Cláusula Sexta**

#### **Vigência**

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, o presente Protocolo produz efeitos desde a data da sua assinatura, vigorando até 31 de Dezembro de 2012.

### **Cláusula Sétima**

#### **Revisão**

O presente Protocolo pode ser revisto a todo o tempo, por acordo das partes outorgantes, se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram a sua celebração.

### **Cláusula Oitava**

#### **Resolução**

- 1 - O presente Protocolo é livremente resolúvel por qualquer das partes outorgantes, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte, remetida por carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de três meses relativamente à data da produção do efeito resolutivo.
- 2 - A resolução do presente Protocolo não desonera as partes outorgantes da prática dos actos necessários à regular e célere conclusão dos procedimentos em curso.
- 3 - A resolução do presente Protocolo não gera qualquer direito indemnizatório.



### Cláusula Nona

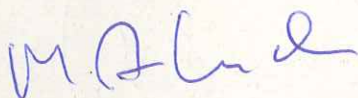
#### Interpretação, Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas do presente Protocolo são resolvidas por acordo das partes, à luz do princípio da interpretação mais favorável à consecução do objecto plasmado na cláusula Primeira.

Este Protocolo é celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes outorgantes e valendo os dois exemplares como originais.

Mafra, de Junho de 2010

O Presidente da ARH Tejo I.P.



(Manuel Augusto Ruano Lacerda, Eng.º)

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra



(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)